

A. I. N° - 206902.0005/06-5
AUTUADO - SUPRAVE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE RAÇÕES LTDA.
AUTUANTE - JOSÉ NELSON DOS SANTOS
ORIGEM - INFAZ PAULO AFONSO
INTERNET - 21.11.06

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACORDÃO JJF N° 0354-02/06

EMENTA: ICMS. 1. LIVROS E DOCUMENTOS FISCAIS. **a)** OPERAÇÕES TRIBUTÁVEIS COMO NÃO TRIBUTÁVEIS. Infração não contestada. **b)** REGISTRO DE ENTRADAS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO DE NOTAS FISCAIS. **b.1)** MERCADORIA NÃO TRIBUTÁVEL. **b.2)** MERCADORIA TRIBUTÁVEL. Multas de 10% e 1% sobre o valor comercial das mercadorias não escrituradas. Infrações não impugnadas. 2. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. MERCADORIAS ADQUIRIDAS COM PAGAMENTO DO IMPOSTO ANTECIPADO. Corrigido equívoco na informação fiscal pelo fato do emitente ser empresa industrial enquadrado no SimBahia. Infração parcialmente caracterizada. 3. BRINDES. AQUISIÇÕES. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. O contribuinte não escriturou as entradas nem as saídas das operações de mercadorias destinadas a brindes, sob a alegação de que não houvera circulação de mercadorias, descumprindo assim o art. 565 do RICMS-BA/97. Infração caracterizada. 4. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. **a)** FALTA DE PAGAMENTO. **b)** ADOÇÃO DO REGIME NORMAL DE APURAÇÃO DO IMPOSTO. Uma vez comprovada a tributação regular nas operações subsequentes, é devido o pagamento da multa por descumprimento de obrigação acessória equivalente a 60% do imposto não antecipado, nos termos do art. 42, II, “d”, c/c o § 1º, da Lei nº 7.014/96. Fato não contestado. **c)** RECOLHIMENTO A MENOS. Nas aquisições interestaduais de mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária, não havendo acordo (convênio ou protocolo) que preveja a retenção do imposto pelo remetente, e não sendo previsto o pagamento do tributo no posto fiscal de fronteira, cabe ao destinatário efetuar a antecipação do imposto sobre o valor adicionado no prazo regulamentar. Infrações 04, 07, 08, 09, 11 e 12 não contestadas. 5. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO NA PRIMEIRA REPARTIÇÃO FAZENDÁRIA DE MERCADORIAS PROCEDENTES DE OUTROS ESTADOS ADQUIRIDAS POR ESTABELECIMENTO QUE NÃO POSSUI REGIME ESPECIAL. É legal a exigência do imposto por antecipação parcial, de mercadorias adquiridas por estabelecimento não credenciado, na primeira repartição fiscal do percurso. Infração não contestada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 28/06/2006, exige débito de R\$ 163.875,91 em decorrência das seguintes infrações:

01. Deixou de recolher o ICMS em razão de ter praticado operações tributáveis como não tributáveis regularmente escrituradas. Sendo cobrado o imposto no valor de R\$ 4.003,60 e aplicada a multa de 60%;
02. Utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS referente a mercadoria adquirida com pagamento de imposto por antecipação tributária. Sendo cobrado o imposto no valor de R\$ 2.788,65 e aplicada a multa de 60%;
03. Descumpriu obrigação tributária principal, ocorrendo infração diversa das previstas em lei, na qual não houve dolo. Sendo cobrado o imposto no valor de R\$ 207,93 e aplicada a multa de 60%;
04. Deixou de recolher o ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da federação e relacionadas nos anexos 69 e 88. Sendo cobrado o imposto no valor de R\$ 1.387,79 e aplicada a multa de 60%;
05. Falta de recolhimento do ICMS devido por responsabilidade solidária em decorrência da aquisição de milho de produtor rural não inscrito. Sendo cobrado o imposto no valor de R\$ 1.556,10 e aplicada a multa de 60%;
06. Deixou de recolher o ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da federação e relacionadas nos anexos 69 e 88. Sendo cobrado o imposto no valor de R\$ 3.583,61 e aplicada a multa de 60%;
07. Deu entrada no estabelecimento de mercadorias não tributáveis sem o devido registro na escrita fiscal. Sendo aplicada a multa formal de 10% do valor comercial das mercadorias totalizando o valor de R\$ 48.554,75;
08. Deu entrada no estabelecimento de mercadorias sujeitas a tributação sem o devido registro na escrita fiscal. Sendo aplicada a multa formal de 1% do valor comercial das mercadorias totalizando o valor de R\$ 18.422,70;
09. Deixou de recolher o ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da federação e relacionadas nos anexos 69 e 88. Sendo cobrado o imposto no valor de R\$ 33.985,45 e aplicada a multa de 60%;
10. Deixou de efetuar o recolhimento do ICMS antecipação parcial, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da federação adquiridas para fins de comercialização. Sendo cobrado o imposto no valor de R\$ 33.233,32 e aplicada a multa de 60%;
11. Falta de recolhimento do ICMS por antecipação tributária, de responsabilidade do próprio sujeito passivo, relativa a mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária e devidamente registradas na escrita fiscal e saída posterior tributada normalmente. Sendo aplicada a multa de 60% sobre o valor do imposto que deveria ter sido pago por antecipação, totalizando o valor de R\$ 15.280,90;
12. Deixou de recolher o ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da federação e relacionadas nos anexos 69 e 88. Sendo cobrado o imposto no valor de R\$ 871,11 e aplicada a multa de 60%;

O autuado, na defesa apresentada, fls. 1066 a 1068, não se manifesta acerca das infrações 01, 04, 07, 08, 09, 10, 11 e 12, e diz que refazendo o levantamento das infrações alcançadas pelo autuante,

verificou que não tem cabimento legal em alguns levantamentos, abordando os seguintes demonstrativos;

INFRAÇÃO 02 – em relação ao demonstrativo 2 elaborado pelo autuante, fls. 103/104, diz que não houve uso indevido, pois as notas fiscais relacionadas vem com destaque do ICMS, são mercadorias que não estão no anexo 88, a sua contabilidade analisa o faturamento e se credita das mercadorias que não estão inclusas no anexo, colaciona, cópias de notas fiscais, fls. 1071 a 1078.

Quanto ao “Demonstrativo 5”, fl. 166, afirma que a forma de recolhimento do ICMS pelo RICMS-BA/97, não exige cobrança do imposto em mercadorias para uso e consumo ou para o Ativo Permanente.

INFRAÇÃO 03 – refere-se ao “Demonstrativo 6” e afirma o autuado que a fiscalização exigiu imposto de “Brindes” que são produtos para entrega aos consumidores, não tem circulação e venda. Aduz que não se creditou quando da entrada, não se debitou na saída, (entregas), portanto, não há fato gerador.

INFRAÇÃO 05 – reporta-se ao “Demonstrativo 8”, observando que nas compras a produtores não há exigência da antecipação na entrada, o fato gerador é a saída. Diz que é emitida a nota fiscal para regularizar a operação e o trânsito da saída do produto até a entrada no estabelecimento, evitando, assim a ação fiscal. Assegura que o imposto tem seu fato gerador na saída, quando é informado e recolhido até o dia nove.

INFRAÇÃO 06 – afirma que, em relação ao “demonstrativo 9”, é sabido que os impostos no regime de antecipação tributária são destacados na nota fiscal, ficando, por responsabilidade solidária o retentor do ICMS. Ressalta que como fora procedido pelo autuante fica caracterizado a bitributação. Entende que não se pode exigir os tributos, pois não utilizou desses créditos, vez que os registros foram feitos na coluna outras entradas e saídas. Acrescenta ainda que caberia ao autuante solicitar, através da SEFAZ daquele estado, informação se os tributos foram recolhidos e repassados para o Estado da Bahia pelo sistema de protocolo ou Convênio celebrado entre os estados.

Conclui requerendo que sejam examinadas as infrações impugnadas em sua defesa e julgado o Auto de Infração parcialmente procedente.

O autuante ao proceder à informação fiscal, inicialmente afirma que a peça defensiva apresentada é parcial e refere-se aos “Demonstrativos 2, 5, 6, 8 e 9”, portanto, reporta-se às infrações 02 (“Demonstrativos 2 e 5”), 03 (“Demonstrativo 6”), 05 (“Demonstrativo 8”) e 06 (“Demonstrativo 9”).

INFRAÇÃO 02

Em relação ao “Demonstrativo 02”, às fls. 103 a 104 (1º vol.), observa o autuante que esse demonstrativo relaciona as notas fiscais emitidas por fornecedores da autuada, apurando os valores dos créditos fiscais usados indevidamente, ao tempo em que descreve os motivos impeditivos do uso de tais créditos fiscais, segundo o RICMS-BA/97, cujas cópias das notas fiscais, colacionou aos autos, fls. 105 a 141.

Diz que o autuado junta cópias de 8 (oito) notas fiscais, fls. 1071 a 1078, para as quais apresenta suas ponderações a seguir sintetizadas.

- a) notas fiscais nºs 140826 e 142360, fls. 1071/72 – assevera que o autuado em relação à nota fiscal nº 140826 creditou-se de R\$ 114,24, equivalente a 7% de R\$ 672,00, correspondente à base de cálculo decorrente da aquisição de Merluza. Acrescenta que em princípio o autuado teria direito ao uso do crédito, visto que a mercadoria Merluza acha-se descrita nas exceções da isenção nas saídas internas, na alínea “a”, do inciso XIII, o RICMS-BA/97. Entretanto observa que o emitente da nota fiscal, DISALLI Ind. e Com. de Alimentos Ltda., não destacou o ICMS por ele devido, e não emitiu nota fiscal complementar em relação ao ICMS não destacado, ou seja, não fora cumprida a condição imposta pelo § 4º do art. 93 do RICMS-BA/97, por isso, entende o autuante que ocorrera utilização indevida do referido crédito fiscal;

- b) nota fiscal 214858 fl. 1073 – assinala que o emitente, J. Macedo Alimentos Nordeste, deixou de destacar o ICMS sobre macarrão (“Espaguete Econômico” e “Parafuso Sêmola”), na forma regulamentar, por se tratar de mercadoria enquadrada no regime de substituição tributária - Anexo 88, do RICMS-BA/97. Assevera que o crédito permitido é de R\$ 423,51, conforme fora destacado na nota fiscal, conforme o “caput” do art. 356, c/c o parágrafo único, do art. 206, ambos do RICMS-BA/97 e não de R\$ 460,78, como se creditara o autuado;
- c) notas fiscais nºs 0676 e 0672, fls. 1074/75 – diz que essa nota fiscal fora emitida por Armazém Gravatá Ltda. em 24/04/2003, extrapolando o seu limite de validade, o qual se acha expresso como 17/03/2003. Aduz o autuante que de acordo com o art. 209, do RICMS-BA/97, o documento fiscal emitido após o prazo de validade nele indicado é considerado inidôneo;
- d) nota fiscal 032943, fl. 1077 – afirma que o referido documento fiscal refere-se à aquisição interestadual de “Peito de Frango”, mercadoria relacionada no Anexo 88, do RICMS-BA/97, portanto, sujeita à antecipação tributária propriamente dita, significando que o RICMS-BA/97 proíbe o uso do crédito;
- e) nota fiscal 001256, fl. 1078 – diz que essa nota fiscal refere-se a aquisição de Granola, de contribuinte moageiro localizado no Estado e inscrito no SIMBAHIA - Vide ANEXO A. Observa o autuante que os moinhos, torrefadores e abatedouros são equiparados a industriais, para fins de tributação. Por isto, afirma que excluiu o crédito fiscal tido na autuação como indevido, no valor de R\$ 142,75, constante do Demonstrativo 02, tendo em vista ressalva permissiva do destaque do crédito, prevista no final do art. 408-D, § 1º do RICMS-BA/97, retificando o Demonstrativo 05, a seguir comentado, conforme ANEXO B desta Informação Fiscal, reduzindo a diferença de ICMS devida no mês de março de 2003, de R\$ 164,96 para R\$ 22,21;

Quanto ao “Demonstrativo 05”, ressalta que fora elaborado para a reconstituição do conta corrente do ICMS, indicando o saldo mensal, após as inclusões ou retificações necessárias, constantes dos Demonstrativos 2, 3 e, inclusive o recolhimento a título de antecipação parcial no respectivo mês, e que, no caso de saldo devedor, dele foi deduzido o imposto acolhido anteriormente (código de receita 0759), demonstrando as diferenças de ICMS a recolher.

Observa que apesar do autuado discordar, no quadro do “débito”, dos valores concernentes às “diferenças de alíquotas” decorrentes das aquisições interestaduais, tanto de materiais de uso/consumo quanto para integrarem o ativo fixo, assegura o autuante que as “diferenças de alíquotas” foram apuradas, respectivamente, pelos “Demonstrativos 03 e 04”, fls. 142 e 147 a 148, acompanhados de cópias das notas fiscais de suas aquisições fls. 143 a 146 e 149 a 165. Informa ainda que o autuado junta (Doc. 002, de fls. 1079) cópia de “Perguntas Mais Frequentes sobre Antecipação Tributária”, extraídas do site www.sefaz.ba.gov.br, alegando que o “Regulamento do Estado da Bahia não exige cobrança de ICMS em mercadorias para uso e consumo ou para o Ativo Permanente (Ativo Imobilizado)” (sic). Entretanto, verifica-se que a pergunta (e resposta) de nº 4, assinalada pelo autuante, bem como todas as oito constantes daquele documento, referem-se a “Antecipação Parcial” e não a ICMS Regime Normal - Comércio, que é o caso do “Demonstrativo 05”. As cópias de notas fiscais, juntadas às fls. 1080 a 1082, corroboram a prova de que se trata de bens adquiridos para uso, consumo ou para integrarem o ativo permanente. Ressalta ainda que o valor apurado das “diferenças de alíquotas” faz parte do débito conforme estabelece a alínea “a”, do inciso III, do art. 111 do RICMS-BA/97, acrescenta também que o artigo 93, § 11, inciso II, alínea “b”, do RICMS-BA/97 determina que os valores correspondentes a “diferenças de alíquotas” sejam debitados no livro RAICMS.

INFRAÇÃO 3

O autuante afirma que defesa discorda do ICMS apurado pelo “Demonstrativo 06”, alegando que não há fato gerador do ICMS, porque se trata de “produtos para entrega aos consumidores”, e confessa, à fl. 1067, que “não se creditou quando da entrada e não se debitou nas saídas (entregas)”. Diz que as notas fiscais juntadas pelo autuado, fls. 1083 a 1085, reforçam que os

produtos delas constantes são brindes a serem distribuídos a consumidores pelo próprio autuado, havendo, assim, confissão de que os produtos constantes do Demonstrativo 06 são brindes, configurando o descrito no art. 564, do RICMS-BA/97.

Conclui o autuante em relação a essa infração que, por se tratar de aquisições de brindes para distribuição por conta própria, deveria satisfazer o previsto nas alíneas I a III, do art. 565, do RICMS-BA/97, o que não foi efetuado pelo autuado.

INFRAÇÃO 05

O autuante, diz que em relação ao “Demonstrativo 08”, a defesa alega, fl. 1067, que “nas compras a produtores, não há exigência da antecipação na entrada, o fato gerador é a saída” (sic), e junta, fls. 1086 a 1087, cópias de duas notas fiscais (de entrada), por ela mesma emitidas, referentes a aquisições de milho ao produtor rural não inscrito Antônio Fontes de Andrade, de CPF 085.511.975-68, de Adustina - BA. Afirma ter verificado que o autuado emitiu as notas fiscais constantes do citado Demonstrativo, lançou-as com crédito de 7% no livro Registro de Entradas, sem ter recolhido o ICMS.

Assegura que segundo o art. 39, VIII, do RICMS-BA/97, o adquirente de mercadorias recebidas de pessoas físicas não obrigadas a emitir documentos fiscais é solidariamente responsável pelo pagamento do ICMS, e que no presente caso, deveria ter sido recolhido até o dia 9 do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador (saída do estabelecimento não inscrito, equivalente à entrada da mercadoria no estabelecimento do adquirente), conforme o inciso II do art. 129, do RICMS-BA/97.

INFRAÇÃO 06

Afirma o autuante que o “Demonstrativo 09” reporta-se a apuração do ICMS devido por substituição tributária nas compras interestaduais de refrigerantes e de sorvetes a empresas localizadas nos Estados de Pernambuco e Sergipe, na condição originária de “Contribuinte Substituto”, visto que tais mercadorias constam do Anexo 86. No entanto, acrescenta, tais emitentes achavam-se, no período fiscalizado, em relação à sua inscrição estadual de Contribuinte Substituto na Bahia: a) BAIXADO Indústria e Comércio Pantaleão Ltda. - PE; b) NÃO INSCRITO - Doce Frio Ind. Alim. Sobremesas Ltda. - PE; e c) INAPTO - Moinho Globo Distr. Broker Ltda. - SE. Aduz ainda que além das irregularidades de cadastro acima apontadas, todas as Notas Fiscais por eles emitidas, cujas cópias foram por nós juntadas às fls. 236 a 297, vieram desacompanhadas das GNRE, e, como o autuado não apresentou DAE, exigiu o imposto, prevalecendo da responsabilidade subsidiária prevista em lei, visto que ficou demonstrado a esgotabilidade de o Estado da Bahia reclamar imposto de quem não está nele cadastrado (Art. 125, § 1º, I, “b”, do RICMS-BA/97).

Conclui o autuante requerendo a procedência parcial do Auto de Infração no valor de R\$ 163.733,16, visto que dantes era R\$ 163.875,91, haja vista a exclusão do valor de R\$ 142,75, do item relativo a março de 2003, passando assim de R\$ 164,96 para R\$ 22,21, na infração 02, mantendo-se os demais itens inalterados.

VOTO

No mérito, o presente processo faz exigência de ICMS relativo a diversas infrações. Na sua impugnação, o autuado reconheceu as infrações 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9 10, 11 e 12, que devem ser mantidas, por inexistir lide.

Quanto à infração 02 - que versa sobre utilização indevidamente de crédito fiscal de ICMS, tendo sido reconstituído o conta corrente do ICMS do autuado.

Depois de examinar os elementos que integram o processo, relativos à infração 02, verifico que a utilização indevida de créditos fiscais fora corretamente apurada com a reconstituição do conta

corrente e restou evidenciado nos autos os seguintes procedimentos conflitantes com as exigências do RICMS-BA/97:

01. utilização de crédito fiscal oriundo de operação de entrada cuja nota fiscal não constava o destaque do imposto e nem fora emitida a nota fiscal complementar; conforme determina o § 6º do art. 201 do RICMS-BA/97;
02. utilização de crédito fiscal não destacado na nota fiscal de mercadoria enquadrada no regime de substituição tributária, contrariando, portanto, os artigos 206 e 356 do RICMS-BA/97;
03. utilização de crédito fiscal oriundo de documento fiscal inidôneo – emitido após o limite da validade, em discordância com o inciso III do art. 209 do RICMS-BA/97.

Quanto à nota fiscal de nº 1256, fl. 1078, de março de 2003, verifico que está correta a exclusão procedida pelo autuante, pois é devido o crédito fiscal pelo autuante no valor de R\$ 142,75, amparado pelo § 1º do art. 408-D do RICMS-BA/97, por se tratar de emitente contribuinte, equiparado a indústria e enquadrado no SimBahia.

No tocante às diferenças de alíquotas decorrentes das aquisições interestaduais, tanto de materiais destinados à uso ou consumo do estabelecimento, quanto os destinados ao ativo fixo, apuradas nos “Demonstrativos 03 e 04, cujos dados foram utilizados no “Demonstrativo 05” que reconstitui o conta corrente do ICMS do autuado, verifico que assiste razão ao autuante, eis que é devido o débito relativo à diferença de alíquota na forma determinada pela alínea “a” do inciso III, do art. 111 do RICMS-BA/97.

Por isso entendo restar parcialmente caracterizada a infração 02, reduzindo-se o valor do débito originalmente lançado de R\$ 2.788,65, para R\$ 2.645,90, tendo em vista a exclusão de R\$ 142,75, no mês de março de 2003. O demonstrativo de débito desse período é apresentado a seguir, pois o débito relativo aos demais períodos mantiveram-se inalterados, fls. 10 e 11.

DEMONSTRATIVO DE DÉBITO - INFRAÇÃO 02 - MARÇO DE 2003

Nº OCOR.	INFR.	D. OCORR.	D. VENC.	BASE DE CALC.	ALÍ-QUOTA	DÉBITO	MULTA
16	2	31/03/2003	09/04/2003	130,65	17%	22,21	60%

Em relação à infração 03 que trata da falta de escrituração fiscal, tanto no ingresso do estabelecimento autuado, quanto na saída, de mercadorias adquiridas para serem utilizadas como brindes destinados aos clientes do autuado.

A defesa apresenta como justificativa o argumento de que não há fato gerador do ICMS, afirmando que não se creditara do imposto, por ocasião da entrada e não se debitara na saída.

Constato que a própria defesa demonstra claramente que o autuado infringira os incisos I, II e III do art. 565 do RICMS-BA/97 que disciplina essa matéria, ou seja, não procedera com determina o aludido dispositivo regulamentar, como se depreende de sua leitura, acorde transcrição a seguir apresentadas.

“Art.. 565. O contribuinte que adquirir brindes para distribuição direta a consumidor ou usuário final deverá:

I - lançar a Nota Fiscal emitida pelo fornecedor no Registro de Entradas, com direito a crédito do imposto destacado no documento fiscal;

II - emitir, no ato da entrada da mercadoria no estabelecimento, Nota Fiscal com lançamento do imposto, incluindo no valor da mercadoria adquirida o IPI eventualmente lançado pelo fornecedor e fazendo constar, no local destinado à indicação do destinatário, os mesmos dados do emitente da nota fiscal, bem como a seguinte expressão no corpo do documento fiscal: “Emitida nos termos do art. 565 do RICMS-BA”;

III - lançar a Nota Fiscal referida no inciso anterior no Registro de Saídas, na forma regulamentar.”

Depois de examinar o “Demonstrativo 06”, fl. 216, e aquilatar que o valor do débito encontra-se corretamente calculado, entendo que restou caracterizado o cometimento da infração 03.

A infração 05 trata da falta de recolhimento do ICMS devido por responsabilidade solidária, decorrente da aquisição de produto agrícola de produtor não inscrito, com emissão de nota fiscal de entrada e com a utilização de crédito fiscal.

A defesa alega que nas compras de produtores rurais não há exigência na entrada, pois o fato gerador é na saída, momento em que é informado e recolhido o imposto no dia 09 do mês subsequente.

Restou, portanto, evidenciado nos autos que o autuado não recolhera como devia no dia 09 do mês subsequente, o imposto relativo à responsabilidade secundária, conforme se verifica na discriminação das operações elencadas no “Demonstrativo 08”, fl. 229, descumprindo, assim, a determinação expressa do inciso VIII do art. 39 do RICMS-BA/97, combinado com o inciso II do art. 129, tendo em vista que autuado não comprovou o efetivo recolhimento do imposto devido.

Isto posto, está mantida a infração 05.

A infração 06 que exige a falta de recolhimento do ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da federação e relacionadas nos anexos 69 e 88.

A defesa alega que não utilizou os créditos fiscais e que é obrigação do remetente o destaque e correspondente retenção do imposto, e que, portanto, ocorrera com a exigência, ora em lide, uma bitributação.

Verifico que restou evidenciado nos autos em relação a essa infração que assiste razão ao autuante, vez que as empresas Ind. Com. Pantaleão Ltda., Doce Frios Ind. Alim. Sobremesa Ltda. e Moinho Globo Dist. Broker Ltda., emitentes das notas fiscais em questão e localizadas nos estados de Pernambuco e Sergipe, encontram-se no CAD-ICMS-BA, no período autuado, respectivamente, Baixada, Não Inscrita e Inapta, conforme se verifica no “Demonstrativo 09”, fls. 234 e 235. E, por não terem sido acompanhadas das guias GNER, bem como não terem sido apresentado pelo autuado os correspondentes DAE's, mantenho, também a infração 06.

Com isso, o débito originalmente lançado através do presente Auto de Infração que fora de R\$ 163.875,91, passa para R\$ 163.773,16, conforme explicitado no demonstrativo comparativo a seguir apresentado.

COMPARATIVO DO DÉBITO		
INFRAÇÃO	A . I .	JULGAMENTO
1	4.003,60	4.003,60
2	2.788,65	2.645,90
3	207,93	207,93
4	1.387,79	1.387,79
5	1.556,10	1.556,10
6	3.583,61	3.583,61
7	48.554,75	48.554,75
8	18.422,70	18.422,70
9	33.985,45	33.985,45
10	33.233,32	33.233,32
11	15.280,90	15.280,90
12	871,11	871,11
TOTAIS	163.875,91	163.733,16

Diante do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 206902.0005/06-5, lavrado

contra **SUPRAVE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE RAÇÕES LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 81.474,81**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, incisos II, “a”, “d”, “f” e VII, “a” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, da multa percentual de 60% no valor de **R\$ 15.280,90**, prevista no inciso II, “d” do dispositivo acima citado, conforme dispõe o § 1º da Lei nº 7.014/96, além das multas no valor total de **R\$ 66.977,45**, previstas no art. 42, IX e XI, da citada Lei, e dos acréscimos moratórios, na forma estabelecida pela Lei nº 9.837/05.

Esta Junta recorre de ofício para uma das Câmaras do CONSEF nos termos do art. 169, inciso I, alínea "a", item 1, do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 7.851/00, com efeitos a partir de 10/10/00.

Sala das Sessões do CONSEF, 26 de outubro de 2006.

JOSÉ CARLOS BACELAR – PRESIDENTE

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS – RELATOR

JOSE BEZERRA LIMA IRMÃO - JULGADOR